

PERÍMETROS IRRIGADOS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA¹⁰

*Claudia Nascimento de Queiroz**
*Paulo Ortiz Rocha de Aragão***
*Elbio Troccoli Pakman****

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo realizar algumas reflexões sobre a trajetória do Perímetro Irrigado de São Gonçalo,¹¹ localizado no município de Sousa, Estado da Paraíba, à luz das discussões sobre as transformações que têm ocorrido no agro brasileiro em período recente.

Nas três últimas décadas, o perfil do setor agropecuário brasileiro sofreu profundas modificações em sua base técnica, ao mesmo tempo em que se deu uma reestruturação das relações sociais no campo. Um intenso processo de modernização foi implementado intensificando a penetração do capital na base do processo produtivo agrícola.

¹⁰ Este texto retoma dados e informações da Pesquisa que serviu de base à Dissertação de Mestrado "O Processo de Construção da Pequena Produção Familiar Modernizada (O Caso do Perímetro Irrigado de São Gonçalo)", defendida junto ao Curso de Mestrado em Economia da UFPB, Campus II — Campina Grande, em setembro de 1993.

* Professora Assistente da Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Economia Universidade Federal da Paraíba.

** Professor Titular de Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba, Ph.D em Sociologia, Universidade de Maryland, College Park, U.S.A.

*** Professor Adjunto do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus I — João Pessoa. Ph.D em Economia, Instituto de Economia da Academia de Ciências da Tchecolováquia.

¹¹ Com uma superfície irrigada de 2.364 ha e distante 440 km da capital, João Pessoa.

Esse período caracterizou-se por uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria. Através da ação estatal, a agricultura passou a se constituir em mercado consumidor da indústria produtora de insumos e máquinas agrícolas, e em fornecedora de produtos para o processamento e beneficiamento industrial. É nesse contexto que o processo de modernização tecnológica, instaurado no país no período considerado, representou antes de mais nada, a expansão de setores industriais ligados à agricultura: de um lado, as indústrias fornecedoras de insumos modernos e máquinas e de outro, a expansão dos setores processadores de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Dentro dessa estratégia — denominada de modernização conservadora — o Estado teve um papel fundamental fornecendo incentivos e subsídios e viabilizando a criação de demanda para os insumos industriais através da expansão de crédito subsidiado, notadamente, a partir dos anos 60. Esta estratégia modernizante, ao privilegiar certas áreas, como o Centro-Sul do país, e determinados produtos, acabou por acentuar o caráter já bastante desigual da agricultura brasileira revelando-se um processo excludente no que se refere a regiões econômicas, produtos e grupos sociais. Só a partir da década de 70, movido pela lógica de unificação das economias regionais ao mercado nacional, é que o processo de modernização da agricultura se generalizou nos diferentes espaços, guardadas as desigualdades e especificidades próprias do processo de penetração capitalista no campo brasileiro.

A permanência de tais desigualdades levou ao surgimento dos chamados Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs), criados com o objetivo de corrigir tais distorções, mediante o aproveitamento mais intensivo dos recursos e potencialidades de cada região (CARVALHO 1988, 243). Destaca-se, no marco dessa concepção, a criação de pólos de desenvolvimento rural com a constituição de programas tais como o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil), POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) e por fim, o POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil).

Esperava-se com os referidos programas reverter as condições de baixa produtividade e de pobreza social dos agricultores, bem como favorecer o avanço do capitalismo no conjunto da economia. Os estudos já realizados sobre o tema demonstram que as experiências do desenvolvimento rural integrado não lograram, no campo social, os resultados positivos que seus formuladores pretendiam, seja pela limitação, ou mesmo conflito, dos seus objetivos, embora existam algumas experiências localizadas bem sucedidas como pretendemos mostrar com a experiência do perímetro de São Gonçalo.

O PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE

No bojo desse processo de unificação ao mercado nacional, a modernização tecnológica também abarcou o Nordeste, região tradicionalmente considerada de agricultura atrasada e que até o final dos anos 50, via-se à margem do processo de industrialização instaurado no país. Nesta região, a modernização se concentrou basicamente, em produtos da grande propriedade, restringindo-se à zona canavieira e ao movimento de pecuarização (CASTRO et al. 1979, 153).

Não obstante esse fato, outras estratégias foram procuradas no sentido de transformar a agricultura de subsistência praticada na região, predominantemente por pequenos produtores e com base no trabalho familiar. A modernização da produção de subsistência no Nordeste, demandou uma atuação direta do Estado, através da criação de programas específicos para a região e, em particular, para a zona semi-árida, devido ao baixo nível de capitalização dos produtores em questão.

Nesse contexto, foram criados os chamados "Programas Especiais", que buscavam fortalecer as pequenas e médias unidades produtivas agropecuárias das áreas afetadas pelas secas, tornando-as mais resistentes aos seus efeitos. Dentre esses programas, tem-se como exemplo, o Projeto Sertanejo (Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida), cujos beneficiários potenciais compreenderiam desde trabalhadores sem-terra a

grandes proprietários rurais (com área superior a 500 ha). Já no que se refere à irrigação e às suas implicações sobre os pequenos produtores, pode-se dizer que alterações importantes se verificaram, a partir dos anos 70, quando a ênfase principal dessa política passou a ser a implantação dos chamados Projetos (ou Perímetros) Públicos de Irrigação mediante o sistema de colonização (CARVALHO 1988, 233).

A análise da trajetória de modernização de pequenos produtores no Nordeste semi-árido, via projetos de irrigação, pelas suas próprias especificidades e por se constituir em nosso objeto de estudo requer, portanto, uma atenção mais cuidadosa. Este é especialmente o nosso propósito a seguir, quando trataremos de delinear um breve histórico da evolução recente da política de irrigação, com vistas a situar o sentido e a direção principais dados a essa política, enquanto estratégia capitalista de modernização da zona semi-árida do Nordeste no que toca à pequena produção local.

EVOLUÇÃO RECENTE DA IRRIGAÇÃO NO NORDESTE (1950-1986)

A Política de Irrigação, por já ter sido objeto de vários estudos terá sua evolução descrita aqui de forma sumária, com base em grande parte, no trabalho de Carvalho (1988), que a analisou de forma minuciosa, apontando as razões do seu lento avanço em áreas como o semi-árido do Nordeste, bem como as políticas anti-seca direcionadas para a região, discutindo e indicando suas possibilidades de desenvolvimento. Procuraremos delinear alguns dos traços mais relevantes da modernização reformista e o da modernização conservadora buscando resgatar elementos da política de irrigação que possam auxiliar na discussão do nosso objeto de estudo.

Não se pode dizer que o Nordeste tenha uma tradição em irrigação, embora as primeiras iniciativas do poder público relacionadas à construção de obras de combate às secas e ao armazenamento de água em açudes tenham sido registradas ainda no século passado, por volta de 1880, como resultado da seca de

1877/79. Com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS, em 1909, e as suas posteriores reorganizações — a primeira em 1919, denominando-a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e depois em 1945, passando a Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) — são acentuadas as atividades relacionadas à construção de barragens e perfuração de poços (CARVALHO 1998, 201).

Com isso, o primeiro período da implantação da irrigação no país teve, como ênfase maior, a construção de barragens e o armazenamento de água em açudes. Dessa ênfase, a partir dos efeitos da seca de 1877-79 resultou a adoção da chamada solução hidráulica. Assim, só na medida em que se pôde dispor de volumes razoáveis de água acumulada para uso animal e humano, é que se começou a pensar em aproveitar parte destes volumes para a irrigação.

Até a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, a ação do Estado reduzia-se à linha de execução de medidas referentes, principalmente, à construção de açudes, não havendo praticamente nenhuma ligação entre as políticas anti-seca e o desenvolvimento da irrigação. A criação da SUDENE ocorreu, portanto, num momento em que se buscava formular alternativas econômicas para a região Nordeste e, em particular, para a zona semi-árida. Tais alternativas buscavam estimular a agropecuária local de forma a orientá-la de acordo com a lógica do processo de expansão do capitalismo em curso no país. Assim, segundo a formulação da SUDENE, os efeitos das secas tenderiam a desaparecer ou a serem minimizadas na medida em que a região fosse se desenvolvendo.

O problemático, porém, era que a reorganização econômica da zona semi-árida, tal como preconizada pela SUDENE, envolvia a adoção de medidas que fossem capazes de provocar alterações na estrutura agrária da região. No que se refere à expansão da agricultura irrigada, a SUDENE passou a trabalhar com cautela, procurando sempre as linhas de menor resistência no tocante às medidas de reestruturação agrária que a irrigação requeria. Para evitar de enfrentar diretamente os interesses mais conservadores, passou-se a considerar como ênfase, a promoção de estudos e pes-

quisas para a definição de uma política de água efetiva para toda a região, tendo o semi-árido como uma das suas prioridades. Os referidos estudos deveriam investigar formas de aumento da oferta de água, o disciplinamento na construção de açudes e uma utilização mais econômica da água na irrigação, entre outros aspectos que, além de não ferir interesses maiores, serviriam de suporte à penetração do capital na região.

Porém, a partir de 1964, com a instalação do Governo Militar, as propostas de caráter reformista formuladas pela SUDENE em sua fase inicial (1959-64) foram alteradas. Assim, a ênfase na indústria regional deu lugar a uma política de modernização com base na tecnificação do campo, sem maiores preocupações com mudanças na estrutura agrária. A partir de então, tratava-se de compreender a agricultura como mercado consumidor de máquinas e insumos modernos e, ao mesmo tempo, fornecedora de matérias-primas para as indústrias processadoras. O problema, mais uma vez, era que o desenvolvimento da irrigação em regiões como o Nordeste, continuava a exigir mudanças na estrutura agrária, e assim, a irrigação não podia avançar, pois os resultados nessa direção eram sempre contrários aos interesses conservadores locais. A SUDENE mantinha apenas no discurso o caráter reformista da sua fase anterior.

Mesmo diante desse "impasse", uma solução para os problemas do Nordeste continuou sendo buscada através da ação estatal. No início dos anos 70, o Estado lançou uma nova retórica que pregava a conciliação dos diversos interesses em questão. São concebidos os já mencionados Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's), que passaram a ser considerados como a solução para os problemas agrários de áreas como o semi-árido do Nordeste. A irrigação, embora tenha feito parte do discurso, mereceu nesses programas, pouca ênfase prática. A irrigação no Nordeste, ao longo dos anos 70, prosseguiu sua caminhada tendo que se adequar aos interesses de grupos econômicos e políticos que dominavam na região. Ao longo do seu desenvolvimento, o processo de expansão da agricultura irrigada continuava a exigir mudanças no sentido de promover a alteração no uso de terras mais férteis e desapropriáveis por interesse social.

Os grupos locais, mesmo aqueles mais conservadores, passaram a apoiar a articulação de esquemas que, se não evitavam a irrigação pelo sistema de colonização, ampliavam as possibilidades de não terem suas terras irrigáveis desapropriadas para uso em projetos de irrigação pública. Assim, em lugar de destinar essas terras exclusivamente ao uso por pequenos produtores, o Estado começou a facilitar a sua utilização por empresários. Foi quando se deu início ao sistema de irrigação pelo arrendamento empresarial, especialmente no âmbito do Vale do Rio São Francisco. Um outro campo de atuação passou também a receber atenção especial: o da pequena irrigação, ao nível da propriedade privada. A prioridade dada a esse tipo de irrigação se apoiava no argumento de que a sua utilização se constituía em uma forma mais econômica de expansão da produção agrícola, com a “vantagem” de não implicar em ações de desapropriação de terras (CARVALHO 1988, 344).

FATOS RECENTES DA IRRIGAÇÃO NO NORDESTE

O início da década de 80 na região Nordeste, foi marcado por um prolongado período de estiagem, que se iniciou em 1979 e se estendeu até 1983. Embora as secas já tivessem deixado de ser consideradas, segundo alguns segmentos, o maior problema da região, continuou-se recorrendo a elas para se pontuar as diferenças entre o Nordeste e o resto do país. Assim, em meio a pressões exercidas por parte de grupos econômicos e políticos (da região ou mesmo externos a ela), a atuação do Estado, durante os anos da seca de 1979/83 passou a se nortear no sentido de criar uma “política de emprego a curto prazo”, capaz de amenizar a tendência à agudização dos problemas sociais, freqüentemente agravados na região, nos períodos de estiagens prolongadas.

Com esse propósito foram instituídos programas emergenciais de caráter assistencialista, as chamadas “frentes de trabalho” e as “frentes de serviços”. Esses programas tinham em comum o fato de incorporarem trabalhadores rurais: moradores, parceiros, meeiros e até pequenos proprietários, que deveriam retornar aos seus locais de origem tão logo se iniciassem as chuvas.

Afora essa semelhança, se diferenciavam no seguinte aspecto: enquanto que as frentes de serviço tinham por base a execução de obras públicas (maiormente açudes e estradas), as frentes de trabalho eram instituídas a nível das propriedades privadas. As atividades consistiam em construir açudes (pequenos e médios), plantar pastagens, desmatar, enfim, em realizar obras e serviços que acabavam, fundamentalmente, por valorizar as terras particulares beneficiadas.

Passado o prolongado período de estiagem continuou-se, ao longo dos anos 80, com a mesma linha de atuação que já vinha sendo conduzida no Nordeste ao final da década de 70 isto é, manteve-se a prioridade na implantação dos projetos de irrigação, com estímulos à iniciativa privada (tanto a nível da pequena irrigação, quanto das empresas rurais), além de incentivos à integração da agricultura irrigada à agroindústria.

Em janeiro de 1986 foi instituído o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), com vistas à expansão da irrigação no Nordeste, e cuja meta era irrigar um milhão de hectares no período de 1986/90. Desse total, 400 mil através da irrigação pública e os 600 mil restantes a cargo da iniciativa privada (MARA/SENIR, 1990). Dois meses após a criação do PROINE, foi criado o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), com a função de atuar nas demais regiões do país.

No quadro da Política de Irrigação ao longo dos anos 80, além da criação dos referidos programas, alterações de ordem institucional também iriam marcar o período. Ainda no ano de 1986, foi criado um Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação. A este ministério caberia a gestão das ações do PROINE/PRONI, ao qual foram vinculados o DNOCS e a CODEVASF, que, em 1989, passariam a integrar a estrutura do Ministério da Agricultura devido à extinção do então recém-inaugurado Ministério da Irrigação.

No âmbito dessas mudanças, foi criada uma Secretaria Executiva para o PRONI, a qual seria extinta em 1990, no mesmo tempo em que se criava mais uma Secretaria — a Secretaria Nacional de Irrigação - SENIR, no âmbito do Ministério da Agricul-

tura e Reforma Agrária (MARA), à qual se destinariam as mesmas atribuições que antes eram de competência da extinta Secretaria Executiva do PRONI. Até o final dos anos 80, diversas alterações de natureza institucional foram realizadas no campo da irrigação. Porém, esse conjunto de modificações não tem necessariamente atuado a favor do desenvolvimento da agricultura irrigada no país, não só pela falta de uma maior integração entre os diversos órgãos e entidades envolvidas, como também pela própria descontinuidade que essa mobilidade institucional pode provocar. Nesse contexto de descontinuidade institucional e de ausência de integração entre os diversos órgãos executores da política de Irrigação, destacaremos a seguir, ainda que brevemente, alguns aspectos que têm marcado a linha de atuação das duas principais autarquias, vinculadas à irrigação, no âmbito da região Nordeste, o DNOCS e a CODEVASF.

DOS OBJETIVOS INICIAIS DO DNOCS/CODEVASF À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

A criação do atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1909, ocorreu num momento em que a preocupação maior do Estado com relação ao Nordeste era o abastecimento de água às populações freqüentemente atingidas pelos efeitos das secas. Por isso, ao surgir, o DNOCS apresentava objetivos bastante gerais, cabendo-lhe diversas atribuições na linha da solução hidráulica, tais como: construção de açudes, perfuração de poços, construção de estradas, enfim, quaisquer atividades ligadas à construção de uma infra-estrutura destinada a amenizar os efeitos das estiagens prolongadas.

Só a partir da década de 70, quando a Política de Irrigação foi redefinida, é que a implantação dos projetos irrigados passou a ser prioritária. O DNOCS começou a atuar como entidade de promoção da irrigação na zona semi-árida do Nordeste. Por sua vez, a CODEVASF teve desde a sua criação, nos anos 70 (embora de fato já atuasse desde inícios dos anos 40) um objetivo específico: "o aproveitamento dos recursos de água e solo da Bacia do São

Francisco, com vistas a promover o desenvolvimento da irrigação naquela área” (CARVALHO 1988, 12).

Tanto o DNOCS quanto a CODEVASF implantam e operam projetos de irrigação na região semi-árida do Nordeste. Os projetos de irrigação do DNOCS são, em sua maioria, do modelo público, que tem por base o assentamento de colonos. Em geral, os colonos são pequenos produtores rurais, que exploram lotes familiares, com área variando entre 3,5 e 7,0 hectares. Nos perímetros do DNOCS, a área média dos lotes gira em torno de 5,0 hectares, enquanto que nos da CODEVASF, a área média se situa entre seis a sete hectares. A diferença tem sido justificada pelo fato dos perímetros de irrigação do DNOCS disporem, em geral, de superfícies irrigáveis menores do que as dos administrados pela CODEVASF e também pela circunstância de que a redução da área média dos lotes possibilitaria ao DNOCS a instalação de um maior número de famílias.

A EMANCIPAÇÃO DOS PROJETOS PÚBLICOS

A emancipação dos perímetros públicos de irrigação é uma ação prevista desde a concepção desses projetos, que deveria ocorrer de forma gradativa, à medida em que as organizações dos irrigantes (cooperativas/associações) fossem se fortalecendo (KAGEYAMA et al. 1987, 115). Essa política — de acordo com o discurso oficial — teria como objetivo repassar para as organizações de agricultores, através de convênios com os órgãos executores (DNOCS/CODEVASF), todas as atividades relativas ao funcionamento dos projetos de irrigação, assim como os respectivos encargos de sua manutenção. Por sua vez, aos órgãos executores caberia a reabilitação da infra-estrutura dos projetos, o repasse de máquinas, implementos, veículos, materiais e instalações disponíveis, como também, a prestação de assessoria técnica e a fiscalização dos referidos convênios. A emancipação não deveria representar portanto, uma simples transferência de atividades para os agricultores, mas a efetiva responsabilidade dos produtores sobre as atividades dos projetos (CORRÊA 1990, item b).

Na prática, a forma de encaminhamento da política de emancipação não tem correspondido com o discurso oficial. Sua implementação tem sido diferenciada segundo os principais órgãos executores. Isto é o que atesta um amplo estudo realizado por pesquisadores da UNICAMP em Perímetros Irrigados do Nordeste, que entre outras questões ligadas à irrigação, discute o processo de emancipação dos perímetros públicos. Afirma que a emancipação promovida pela CODEVASF é uma política bem delineada, onde as atribuições dos irrigantes na gestão dos perímetros se encontram determinadas de forma clara e bem definida, já tendo sido, inclusive, formalizada a transferência das atividades de administração dos perímetros, através da assinatura dos contratos com as referidas cooperativas/associações dos produtores (KAGEYAMA et al. 1988, 115).

Ao contrário da CODEVASF, o DNOCS, até o final da década de 80, ainda não tinha um processo de emancipação bem definido, embora muitas discussões internas ao órgão estivessem sendo realizadas sobre a questão. De acordo com o estudo já referenciado, o processo de emancipação desenvolvido pelo DNOCS tem correspondido muito mais a uma reação administrativa do órgão ao problema da falta de recursos institucionais para a manutenção dos perímetros públicos, do que uma necessidade sentida pelos próprios produtores. Surgiu, portanto, como uma mera alternativa de transferência de responsabilidades, apesar de que as associações dos colonos/irrigantes já haviam atingido o grau de amadurecimento necessário para sua implementação.

A emancipação só passou a ser uma diretriz prioritária do DNOCS a partir de 1991. Tal distinção, na forma de encaminhar o processo de emancipação dos perímetros públicos, é apenas mais um dos aspectos que revelam a falta de integração entre as ações dos diversos órgãos e entidades encarregados de promover a irrigação. Isto ilustra uma gestão incompetente da coisa pública e constitui mais um fator limitante ao desenvolvimento da irrigação no país.

PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO: ANTES E DEPOIS

A implantação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo se deu nos moldes costumeiros do assentamento oficial, com desapropriação da área, desestruturação do sistema tradicional de produção e remoção da população local para a instalação dos lotes irrigados¹². Somar-se-iam ao projeto, também, outros produtores oriundos da área de sequeiro e, em alguns casos, mesmo de outros estados da região Nordeste. Alguns aspectos relevantes, que caracterizavam a área da pesquisa anteriormente à instalação do Perímetro, podem ser sintetizados a seguir¹³:

- 1 - a **mecanização agrícola** era quase ausente e o uso de **insumos industriais** (fertilizantes e defensivos) inexpressivo;
- 2 - o trabalho agrícola era feito basicamente através da utilização de **mão-de-obra familiar**, abrangendo homens, mulheres e crianças;
- 3 - só os grandes proprietários, mais dedicados à criação de gado, empregavam **mão-de-obra temporária**, embora de forma reduzida;
- 4 - os **rendimentos** resultantes da produção agrícola só davam para garantir a reprodução familiar;
- 5 - o sistema de **drenagem** do solo era deficiente, resultando em salinização de uma parte da área e inundação de outra.

A criação do Perímetro Irrigado deveria representar, de acordo com o discurso oficial, a introdução de práticas agrícolas mais eficientes, através dos colonos/irrigantes, considerados como verdadeiros "agentes modernizadores", e, conseqüentemente, a mudança das características acima apontadas.¹⁴

¹² O trabalho de campo que deu origem a este artigo foi realizado em diferentes momentos: fevereiro de 1988, abril de 1989, abril/setembro de 1992 e, por fim, janeiro de 1993. Foram aplicados questionários sobre uma amostra proporcional estratificada de 83 colonos irrigantes, correspondendo a 19,5% de um total de 426 produtores que compunham o universo da pesquisa.

¹³ Para mais detalhes, veja p. ex. o trabalho de Costa (1984, 29-31)

¹⁴ No decorrer da análise dos resultados obtidos, verificamos que as diferenças entre os três núcleos habitacionais lá formados, se existiram no passado, não adquiriram relevância posteri-

A rigor, a primeira mudança importante, vivenciada por parcela significativa desses produtores, está ligada à obtenção de um lote de terra (89 %). Para muitos deles é também sinônimo de liberdade (53 %), em contraste com a subordinação a que se sentiam submetidos enquanto trabalhadores rurais, fossem moradores/parceiros ou arrendatários.

Além disso, o Perímetro de São Gonçalo, a exemplo de outros projetos públicos, está organizado sob o sistema de agrovilas. Cada colono selecionado, ao ser instalado no projeto, passa a dispor de uma casa com 2 salas, 2 ou 3 quartos, banheiro, cozinha, despensa e terraço. A exemplo dos lotes agrícolas, os colonos mantêm com o DNOCS contratos experimentais e não pagam aluguéis. Embora, as casas em suas dimensões não atendessem por completo ou confortavelmente ao tamanho médio das famílias instaladas (média de 7 filhos por família), lhes proporcionaram uma base segura para usufruir várias vantagens importantes: eletrificação, água encanada, telefonia; a escolarização dos filhos passou a ser viabilizada; a cesta básica de alimentos sofreu alterações importantes (a composição alimentar, anteriormente, consistia basicamente em cereais e grãos — arroz, feijão, milho e farinha, alimentos básicos aos que se agregam agora, regularmente, carne, laticínios, frutas e verduras; há grande diversificação no uso de eletrodomésticos.

Os colonos de São Gonçalo têm assegurado o crédito no comércio local, especialmente os sócios (85 % dos colonos instalados no projeto) da Cooperativa dos Irrigantes - CAMISG, pois a inadimplência no mercado local pode obstaculizar a liberação do crédito oficial.

Os resultados da pesquisa de campo inicialmente indicaram um baixo nível de renda monetária familiar.¹⁵ Porém, as informações prestadas pelos produtores acerca dessa questão revelaram a

or.

¹⁵ As condições de realização da pesquisa, durante um período de estiagem prolongada (sem produção regular, em decorrência do racionamento de água para a irrigação), não permitiram uma avaliação mais precisa de resultados quantitativos em termos do alcance do valor bruto da produção total e do valor da produção comercializada pelos produtores do Perímetro.

importância da renda não monetária ao serem comparados a renda monetária com os gastos do consumo corrente.¹⁶ Assim, não causa estranheza que 85,5% dos entrevistados afirmaram que sua vinda para o Perímetro trouxe mudanças qualitativamente positivas em suas condições de vida.

A exemplo do que ocorreu nos demais Projetos de Irrigação Pública sob a responsabilidade do DNOCS, a definição do que plantar era uma imposição do órgão executor. Os produtores afirmam que mesmo em terrenos desfavoráveis a determinados tipos de produtos, os cultivos, previamente definidos pelo sistema de produção necessariamente deviam ser introduzidos nos lotes agrícolas. Atualmente, pode-se observar a existência de uma relativa autonomia na organização das unidades produtivas, quanto à decisão da área e do sistema de cultivo, assim como pela opção de comercializar (ou não), através da cooperativa.

Esse tipo de comportamento impositivo inicialmente adotado pelo DNOCS, ao desconsiderar quase totalmente as experiências anteriores trazidas pelos produtores, acabou por provocar prejuízos consideráveis e frustrações das expectativas criadas por parte de vários colonos, sendo inclusive apontado como o principal motivo de desistência de alguns irrigantes que abandonaram ou repassaram os seus lotes agrícolas e residenciais, já nos primeiros anos de operação do projeto.

A expansão dos cultivos irrigados no Perímetro de São Gonçalo tem se dado muito mais no sentido de uma maior utilização de produtos químicos e insumos agrícolas do que no uso de máquinas e equipamentos. Mas, no final, de uma situação de baixo uso de tecnologia, os agora colonos/irrigantes passaram por um processo de tecnificação, não homogênea entre produtores e mesmo entre as diversas fases do processo produtivo, com crescente

¹⁶ Por exemplo, o item alimentação, o de maior participação nos gastos totais, ao ser comparado às demais despesas correntes, obtém-se um resultado, em termos de despesas, que em muito ultrapassa a renda familiar (aproximada) que tenha sido espontaneamente declarada. Isto sem falar que 41% dos entrevistados afirmaram que após deduzidas as despesas mensais, ainda há uma "sobra".

envolvimento com a lógica modernizante.¹⁷

Embora o trabalho familiar continue a ter uma participação importante no processo de trabalho das unidades produtivas analisadas, verificamos que as necessidades de mão-de-obra ultrapassam a capacidade das famílias¹⁸, não obstante a pequena dimensão dos lotes agrícolas (em torno de 4,28 ha). No trabalho da roça no lote rural predominam os homens, e a força-de-trabalho feminina não se faz presente neste tipo de atividade. Por isso, parcela importante da mão-de-obra que hoje atua no Perímetro, passou a ser constituída, efetivamente, de trabalho contratado de áreas circunvizinhas ao Perímetro. Enquanto que na fase do plantio se aglutina um maior número de contratações de mão-de-obra (68,8%), estas passaram a ser menos importantes (23,4%) na fase de preparo do solo por ser um processo mais mecanizado. Quanto à forma de pagamento utilizada, verificamos que o pagamento "por diária" substituiu a tradicional forma "por empreitada".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência da participação dos colonos na gestão da Cooperativa dos Irrigantes de São Gonçalo e no direcionamento das atividades produtivas na fase inicial do projeto resultou em sérias distorções ao nível do processo de gestão da Cooperativa e em baixa moral entre os colonos que não identificavam a Cooperativa como uma entidade da qual eles faziam parte e que servia para

¹⁷ Por exemplo, o item alimentação, o de maior participação nos gastos totais, ao ser comparado às demais despesas correntes, obtém-se um resultado, em termos de despesas, que em muito ultrapassa a renda familiar (aproximada) que tinha sido espontaneamente declarada. Isto sem falar que 41% dos entrevistados afirmaram que após deduzidas as despesas mensais, ainda há uma "sobra".

¹⁷ Como se sabe, a relação entre modernização tecnológica e absorção de mão-de-obra nem sempre apresenta a mesma direção. A utilização de insumos modernos pode aumentar o emprego de mão-de-obra, enquanto que a introdução de máquinas, em geral, libera trabalhadores.

¹⁸ Não foram encontrados, entre os entrevistados, casos da mão-de-obra familiar que tenham precisado vender a sua força-de-trabalho como estratégia de sobrevivência.

defender seus interesses. Há indícios de que estes problemas estão sendo superados a partir do início do processo de emancipação do perímetro que instituiu a autogestão da cooperativa e conseguiu aglutinar os colonos em torno desta.

A nova opção de vida para os colonos ao se instalarem no perímetro representou uma ruptura com o antigo universo referencial, uma redefinição completa dos processos produtivos antes desenvolvidos, começando pela própria passagem de áreas de sequeiro a áreas irrigadas, da prática de uma agricultura típica "de subsistência" para cultivos comercializáveis, com as vantagens e desvantagens destes. Mas, em síntese, os produtores que se instalaram no projeto tiveram mudanças positivas, como aumento da produção, elevação do padrão alimentar, crescente urbanização do consumo familiar, melhora da condição financeira e maiores possibilidades de escolarização para os filhos, estabilizando esses colonos na terra.

Pode-se, agora, retomar alguns aspectos relevantes antes descritos, colocados agora do ângulo das mudanças ocorridas:

- 1 - A **mecanização agrícola**, antes quase ausente, atingiu um estágio aceitável, enquanto que o inexpressivo uso de **insumos industriais** (fertilizantes e defensivos) passou a ser imprescindível na prática produtiva dos colonos/irrigantes;
- 2 - O trabalho agrícola, que para esses pequenos produtores era basicamente **familiar**, abrangendo homens, mulheres e crianças, passou a contar com a contratação de trabalhadores diaristas, enquanto que uma maior divisão do trabalho retira parcialmente as mulheres/esposas do trabalho agrícola e permite que as crianças freqüentem mais a escola do que a lavoura;
- 3 - A contratação de **mão-de-obra temporária** passou a ser utilizada por todas as categorias e não só pelos grandes proprietários, mesmo que estes recorram a trabalhadores assalariados em maior escala e empreguem também trabalhadores permanentes;
- 4 - Os **rendimentos** resultantes da produção agrícola passaram a garantir não apenas a reprodução familiar, mas serviram para

reinvestimentos na produção, recorrendo a um sistema mais absorvedor de insumos industriais e mais produtivo, bem como para sustentar um padrão de vida mais elevado;

- 5 - O sistema de **drenagem** do solo, que era muito deficiente, teve melhorias substanciais, enfrentando melhor o problema das inundações, enquanto que a questão da salinização da área passou a ser tratada com maior consciência.

A transformação dos ex-produtores tradicionais e/ou de sequeiro em modernos colonos/irrigantes com alta produção/produktividade, entretanto, deverá levar mais tempo de maturação do que o desejado e estipulado nos projetos de colonização, sem que por isso possam se minimizar os avanços detectados. O aprimoramento dos métodos de gestão pública na implantação e desenvolvimento inicial dos perímetros irrigados certamente contribuirá para a desejável modernização agrícola e para o aumento do bem-estar da população envolvida.

Bibliografia

- ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de & QUEIROZ, Claudia Nascimento. "Cooperativismo e pequena produção familiar modernizada". *Raízes*, N° 10, dezembro/94.
- BNB/ETENE. *Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação*. Fortaleza, 1985. (Projeto Nordeste, 16).
- CAMISG. *Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social. Perímetro Irrigado de São Gonçalo*. 1992.
- CARVALHO, Otomar de. *A Economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: CAMPUS; Brasília: ABID — Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.
- CASTRO, Ana Célia et al. *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*. Brasília, BINAGRI, 1979.
- CODEVASF. *Proposta de Autogestão das Cooperativas de Irrigantes*. Fortaleza, 1983. (Documento preliminar.)
- CORRÊA, José B. *Emancipação dos Projetos de Irrigação do DNOCS: Fundamentos do Programa*. S.l., 1990. (Mimeo).
- COSTA, Antonieta P. *Cooperativismo e Estado (o caso do Projeto São Gonçalo)*. João Pessoa, UFPb, 1984. (Dissertação de Mestrado). DNOCS. *Normas de Colonização. Manual de Ocupação Es-*

pacial. Brasília, 1979

KAGEYAMA, Angela et al. *Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste*. In: Graziano da Silva, José (Org.) Campinas, Instituto de Economia: PRONI, 1988.

KAGEYAMA, Angela et al. *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais*. Campinas, Unicamp, 1987. (Mimeo).

MARA/SENIR. *Atuação da CODEVASF e do DNOCS no Desenvolvimento da Irrigação no Nordeste*. Brasília, 1990. (Versão preliminar).

PROINE. *Programa de Irrigação do Nordeste. Legislação*. Brasília, 1986.

_____. *Programa de Irrigação do Nordeste. Proposta Básica: Síntese (1986-1990)*. Brasília, 1986.

QUEIROZ, Claudia Nascimento. *O Processo de Construção da Pequena Produção Familiar) Modernizada (O Caso do Perímetro Irrigado de São Gonçalo - Pb)*. Campina Grande, MER/UFPb, 1993. (Dissertação de Mestrado).